ESTADO DE SÃO PAULO 18 JUL 1999

Fórum da OAB quer acionar Amazonino por improbidade

Entidade acusa governador do AM de ter favorecido empresas que financiaram campanha

KÁTIA BRASIL

MANAUS – Durante a campanha para reeleição, o governador Amazonino Mendes (PFL-AM) recebeu doações financeiras da ordem de R$ 2.799.803,00 de empresas privadas, conforme registrado no Tribunal Regional Eleitoral. Mas um levantamento das publicações no *Diário Oficial* do Amazonas, nos últimos cinco anos, revela que seis dessas empresas sempre estiveram entre as ganhadoras de licitações milionárias no primeiro mandato do governador.

Essas empresas arcaram com benefícios de R$ 970 mil para reeleger Amazonino. Ao mesmo tempo, fecharam contratos vantajosos, de R$ 75.814.685,64. "Essa negociação fere os princípios de legalidade e publicidade da administração pública", diz o coordenador em exercício do Fórum pela Ética na Política do Amazonas, advogado Ribamar Mitoso. "É o que diz a Constituição e, para isso, só há um nome: tráfico de influência."

Com base no levantamento, o Fórum pela Ética no Amazonas, formado por representantes da Ordem dos Advogados do Brasil, Conselho de Defesa dos Direitos Humanos, partidos de oposição e Associação dos Docentes da Universidade do Amazonas, entre outros, fará representação ao Ministério Público Federal, acusando Amazonino de improbidade administrativa. "Em 1997, foram representantes do fórum que abriram ação no Ministério Público Federal contra Amazonino, apontado como comprador de votos para a reeleição", destacou Mitoso, mas ainda não foi tomada decisão sobre o caso.

Mitoso afirma que o esquema começou há 16 anos. Segundo o TRE, a Construtora Gautama doou para a campanha da reeleição, em outubro de 1998, R$ 100 mil. Dez meses antes, a Gautama fechou contrato de R$ 18.418.867,19 para concluir o prédio do Tribunal de Justiça do Estado. A Editora Novo Tempo, de Valderi Ferreira, amigo de Amazonino e dono de uma das faculdades mais caras da região, doou R$ 200 mil para a campanha e recebeu, um ano depois, R$ 23 milhões para fornecer material escolar.

ESQUEMA COMEÇOU HÁ 16 ANOS, DIZ ADVOGADO

Contrato milionário foi também fechado pela Engeplan, a partir de 1996, quando Amazonino iniciava seu primeiro mandato – na reeleição, doou R$ 100 mil. A Distribuidora Genal, que fornece material de consumo para o governo, foi a que mais contribuiu para a campanha, com R$ 320 mil.

Para o deputado Eron Bezerra (PC do B), a prática de tráfico de influência só acabará com mudança na Lei Eleitoral, que legaliza a arrecadação e a aplicação de recursos privados nas campanhas eleitorais.